



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

170
ANOS
AO SERVIÇO DA
ENGENHARIA

Secção Regional dos Açores

<http://sracores.oet.pt/>

Plano de Atividades e Orçamento - 2023

Secção Regional dos Açores – Ilha de São Miguel
Rua Diário dos Açores, n.º 43
9500-178 Ponta Delgada
296 286 050 | 964 304 660
sracores@oet.pt

Delegação - Ilha Terceira
Rua de Baixo de São Pedro, n.º 35
9700-025 Angra do Heroísmo
295 216 327 | 925 242 505
sracores@oet.pt

Sufragado em Assembleia Geral de Secção realizada em
Angra do Heroísmo, 29 de outubro de 2022
e disponível em <https://sracores.oet.pt/comunicados/>



Índice

1. Nota Prévia	6
2. Enquadramento Jurídico	9
3. Linhas gerais do plano e orçamento para 2023	11
4. Análise SWOT	13
5. Atividades e projetos para 2023.....	15
5.1 Jornada Insular de Engenharia.....	15
5.2 Livro dedicado à temática dos sismos - Sismo de 1 de janeiro de 1980 / Açores - Aprendizagens: passado/presente/futuro	15
5.3 Plataforma de gestão da informação relativa ao património abandonado na Região Autónoma dos Açores	16
5.4 Organização, a nível regional, de webinários alusivos a temas de interesse	16
5.5 Homenagem aos Engenheiros Técnicos dos Açores.....	17
5.6 Reparação do edifício sede da Secção Regional em Ponta Delgada.....	17
6. Relação com a Universidade dos Açores.....	18
7. Relação com o poder regional e local e com as organizações empresariais.....	18
8. Informação e apoio aos membros (emprego, apoio jurídico e apoio técnico)	19
9. Delegados de Ilha, Delegados de Concelho e Núcleos regionais dos colégios da especialidade	20
10. Orçamento da Secção Regional para 2023 e variação face ao ano de 2022.....	21
10.1 Receitas.....	21
10.2 Despesas	22
10.3 Resumo.....	24
11. Parecer do Conselho Fiscal.....	26

Índice de figuras

Fig. 1 – Modelo organizacional da Secção Regional dos Açores da OET	9
Fig. 2 – Análise Swot	13
Fig. 3 – Distribuição gráfica percentual das receitas	21
Fig.4 – Distribuição gráfica percentual das despesas	23



Índice de tabelas

Tabela 1 – Distribuição das receitas por rubrica	21
Tabela 2 – Distribuição das despesas por rubrica	23





Supervisor
[Handwritten signature]
Página | 6
[Handwritten signature]

1. Nota Prévia

Caros(as) Colegas,

Enquanto ainda nos encontrávamos a recuperar dos efeitos causados por uma crise pandémica sem precedentes, estávamos longe de imaginar que o mundo seria, em tão pouco tempo, novamente transformado por um conjunto de incidentes que nos poderão arrastar para novas mudanças e cisões de ordem global.

Segundo dados da Comissão Europeia, a nossa Região, com uma economia muito dependente do exterior, tem um PIB per capita de cerca de 88% do valor médio de Portugal continental, no entanto, segundo a mesma fonte, a economia apresenta uma trajetória positiva e consistente de crescimento. Os Açores, entre 2014 e 2020, comparativamente a outras regiões portuguesas, tem vindo a ser a Região onde se tem verificado um dos maiores impactos (2%) dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no crescimento do PIB anual. O que é que esta análise nos pode dizer? Que por um lado continuamos muito dependentes, mas por outro, temos vindo a aproveitar as oportunidades para estreitar o atraso.

Outro dado interessante é relativo aos efeitos das medidas associadas ao combate da pandemia; segundo alguns analistas, suportados em análises do Conselho de Finanças Públicas, o primeiro ano da pandemia gerou mais défice nos Açores, 8,7% do PIB regional, do que na Madeira, 2,8% do PIB regional, ou no País, 5,7% do PIB da República. Mais uma vez, o que é que esta análise nos pode dizer? Que o saldo das contas públicas da Região sofreu uma deterioração acentuada no ano da pandemia, que nos mantemos frágeis economicamente e que por isso, temos de fazer mais. Mais e melhor como estamos habituados a fazer e como os nossos concidadãos contam que façamos.

Caros(as) Colegas e Concidadãos,

O mundo está em mudança e nós, Engenheiros Técnicos nos Açores, temos de acompanhar essa mudança. Ao longo dos últimos anos conseguimos coisas extraordinárias como resultado absoluto e intrínseco da nossa resiliência e perseverança. Fruto da melhor prática de engenharia e bem-fazer, demos corpo a uma Ordem profissional forte e reconhecida, constituída por profissionais que continuam, cada vez mais, a contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. No entanto, as mudanças observam-se-nos cada vez mais rápidas e irrevogáveis. Ao invés do trabalho físico, a chamada indústria 4.0 assente nas novas tecnologias, está a gerar processos produtivos cada vez mais rápidos que nos obrigam a, constantemente, adquirir novas competências assentes em novas capacidades e novos desafios.

Sendo certo que nos próximos anos as profissões associadas às novas tecnologias irão ter um crescimento exponencial, o mercado continua a requerer a adaptação dos profissionais já existentes a quem é exigido novas capacitações e maiores níveis de aperfeiçoamento. Na Região Autónoma dos Açores não será diferente e tendo em conta que a economia regional se suporta principalmente em serviços,



Jacinto
Página | 17

agricultura e pesca, com a Administração Pública a assumir um papel preponderante ao nível da empregabilidade regional, assistimos ao surgimento de novas tarefas fruto dessa evolução científica e tecnológica. Devemos estar preparados para estas mudanças aonde se inserem lógicas de trabalho mais concorrenciais e em que a geografia deixa de ser um limite porque importa o que se faz em detrimento de onde se está.

Os Açores continuam a estar referenciados como pertencentes à categoria das Regiões menos desenvolvidas no entanto, os programas de promoção de conhecimento e da investigação bem como de promoção da competitividade das empresas associados à promoção de melhores transportes, desenvolvimento de fontes de energias renováveis, entre outros, têm reduzido à fragmentação do mercado de trabalho que, como sabemos, se suporta em atividades económicas concentradas num conjunto limitado de sectores e nas ilhas de maior dimensão. Assim sendo, é importante que se invista mais em inovação e em formação durante a vida. O investimento na educação e formação profissional para a aquisição de novas competências tem de ser uma prioridade do Governo Regional, mas também dos cidadãos e é aqui que nos deveremos posicionar. Os recursos de que dispomos são limitados e é fundamental que saibamos tornar possível o frágil equilíbrio entre a produção tradicional e os novos processos tecnológicos. Aqui há um lugar fundamental para a Universidade dos Açores. Não é possível trilhar este caminho sem a nossa Universidade com um estatuto forte, bem financiada e com o reconhecimento que merece.

Na OET queremos e trabalhamos para garantir a simplificação do desempenho da profissão, mas, simultaneamente, asseguramos aos cidadãos que a prática de atos de engenharia por Engenheiros Técnicos é de excelência. Após a abolição do período de estágio, a OET passou a admitir os diplomados com cursos superiores que não habilitam na totalidade para o pleno exercício da profissão na qualidade de “Candidatos a Membros” de forma que, num período de 12 a 18 meses possam obter os ECTS em falta definidos em função da análise do Conselho da Profissão. Assim, sem fundamentalismos nem facilitismos, acautelamos a defesa dos cidadãos, trabalhamos para o crescimento da Região e promovemos a inovação e o emprego. A mesma simplificação e transparência que no ano de 2005 nos levou a publicar a lista de atos próprios da profissão ou que mais tarde nos impulsionou para o desmaterializar das declarações que passaram a ser gratuitas é agora o que nos estimula no sentido da aprovação da lei das Ordens.

Somos convictos que ninguém deve ser deixado para trás e simultaneamente, não devem existir barreiras à livre circulação dos profissionais de engenharia.

Para terminar, aos Engenheiros Técnicos dos Açores, deixamos uma palavra de apreço e de reconhecimento. O ano de 2023 não vai ser fácil assim como não foram os últimos quatro. A Secção Regional dos Açores tudo fará para que, na medida do possível, o próximo ano seja de oportunidade e para isso, queremos garantir estar próximos dos nossos membros como já fazemos aos dias de hoje, por exemplo, através do atual modelo de divulgação de novas perspetivas de emprego e informação, através da realização de atividades conjuntas ou mesmo através do apoio jurídico. Ressalvamos o papel dos delegados de ilha que são fundamentais para a aproximação aos membros e para os quais alocamos no nosso orçamento de 2023 uma dotação financeira que permita a realização de pelo menos uma atividade numa das ilhas que normalmente são consideradas “pequenas”. Não consideramos um contrassenso a realização de atividades nas ilhas mais pequenas porque, pensamos, tais ações inserem-se numa lógica e

num quadro de combate à dispersão geográfica do Arquipélago e simultaneamente de coesão territorial. Assumimos, pois, um forte compromisso de aproximação aos membros no pressuposto de que, quem está mais próximo decide melhor.

O Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET

Lu. L. L.
Sara de Veiros
M. M.
Paulo V. L. L.
Isabel Freixo

2. Enquadramento Jurídico

A Secção Regional dos Açores da OET, tem uma missão de proximidade relativamente aos membros da OET na Região Autónoma dos Açores procurando ir ao encontro das necessidades dos Engenheiros Técnicos do Arquipélago.

De acordo com a legislação em vigor, a Secção Regional tem um modelo organizacional bem definido cuja unidade de gestão integra um órgão único, o Conselho Diretivo Regional (CDR), constituído por cinco elementos que, colegialmente, estabelecem as linhas operacionais de orientação e garante a gestão das atividades da Ordem na Região.

Da Secção Regional faz igualmente parte a Assembleia Geral Regional, formada por todos os membros no pleno gozo dos seus direitos e a quem compete deliberar sobre o relatório de atividades e contas da Secção e sobre o plano de atividades e orçamento. A Secção Regional conta ainda com dois outros Órgãos, o Conselho Fiscal, a quem compete, entre outros, o acompanhamento independente da execução financeira e o apoio e participação na definição das linhas gerais de aplicação dos orçamentos da Secção e, o Conselho Disciplinar com responsabilidades no registo e jurisdição disciplinar cabendo-lhe a análise e a emissão de pareceres associados à aplicação de penas.

Nos Açores, para além dos serviços administrativos na Sede e na Delegação, o Conselho Diretivo de Secção conta ainda com o apoio de um Contabilista Certificado e de uma jurista.

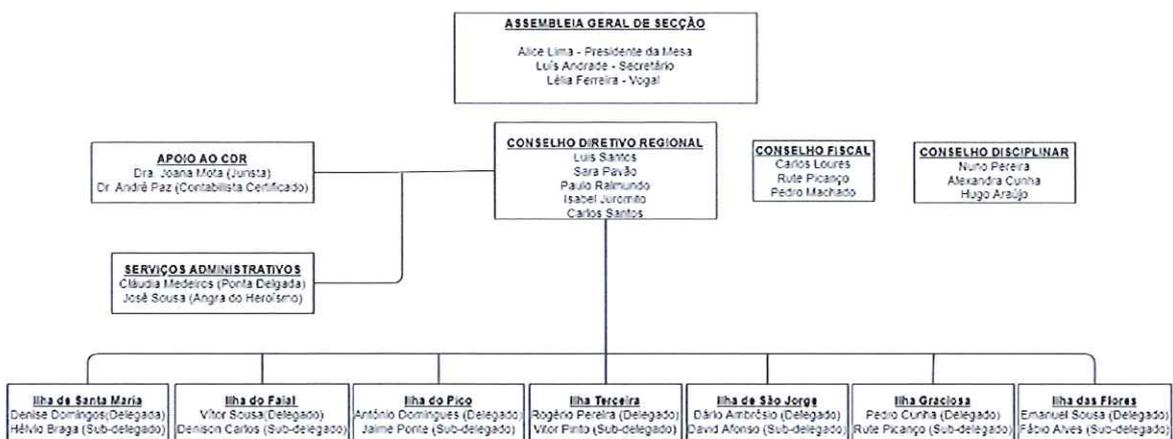


Figura 1 – Modelo organizacional da Secção Regional dos Açores da OET

Embora não integrados (de forma jurídica) no CDR, os delegados de ilha e de concelho são muitas vezes chamados a dar o seu contributo para o funcionamento e programação das atividades da OET na Região

e por isso, estabelecem com o CDR uma linha direta de dependência institucional e operacional que resulta bastante harmoniosamente.

A OET é uma Associação de direito público de natureza profissional que atribui o título e regula o exercício da profissão de engenheiro técnico, com estatuto publicado na Lei 157/2015, de 17 de setembro, foi criada pela Lei 47/2011, de 27 de junho, que redenomina a ANET e produz a primeira alteração ao seu estatuto, anteriormente publicado através do Decreto-Lei n.º 349/99 de 2 de setembro, no uso da autorização legislativa concedida pelo Artigo 1º da Lei n.º 38/99, de 26 de maio, e nos termos da alínea b) no n.º 1 do Artigo 198º da Constituição da República Portuguesa.

Compete à OET zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro técnico, promovendo a valorização profissional e científica dos seus associados e a defesa e o respeito pelos respetivos princípios deontológicos.



3. Linhas gerais do plano e orçamento para 2023

A Secção Regional dos Açores da OET tem vindo a implementar uma política de transparência e de incentivo à participação de todos os membros, tanto no que se refere à divulgação e consulta documental como no que se refere à inclusão de propostas nos planos de atividades anuais.

Se por um lado para o Conselho Diretivo Regional é de fundamental e primordial importância a promoção do rigor na gestão dos recursos materiais e financeiros colocados ao dispor da Secção, por outro, é igualmente importante a participação dos membros no todo da análise e avaliação acerca da forma como esses recursos são utilizados e aqui, uma palavra para os membros que, de forma mais ou menos informal, nos abordam com sugestões e pareceres acerca de atividades que entendem poderem ser de interesse para o coletivo dos Engenheiros Técnicos dos Açores. Naturalmente que, também uma palavra para o Conselho Diretivo Nacional que nos tem apoiado em algumas dessas atividades visto que, sem esse apoio, o escasso orçamento não comportaria algumas delas e bem assim, a primeira nota é para o facto de termos consciência que o orçamento que apresentamos não permitir nem grandes desvios nem grandes inovações de ordem associativa no entanto, o que apresentamos, é um orçamento realista e que garante desde logo o cumprimento de todas as responsabilidades da Secção para com os colaboradores e fornecedores.

No âmbito do princípio da transparência que queremos promover, em 2023 continuaremos a disponibilizar e a permitir a consulta pública de todas as contas da Secção no site web da Secção Regional em <https://sracores.oet.pt/comunicados/>.

Entendemos assim que o orçamento da Secção Regional dos Açores para 2023 que ora apresentamos visa, assim, criar condições para o estabelecimento de algumas atividades de ordem associativa na Região, mas também, para uma maior intervenção pública regional. Estamos a encarar o ano de 2023 com alguma cautela, é certo, mas simultaneamente com o otimismo de quem, com confiança, espera superar alguns dos desafios que se colocam à nossa profissão.

Nos Açores, temos hoje uma Ordem presente, mas queremos mais. Queremos, naturalmente, uma Secção Regional com maior notoriedade social que, simultaneamente, esteja saudável financeiramente, mas, disponível para apoiar os membros.

Os membros da OET na Região Autónoma dos Açores são hoje profissionais reconhecidos, de inegável capacidade técnica e que, em muitos casos, ocupam lugares de decisão de elevado relevo regional. No nosso orçamento para 2023 queremos também dar algum destaque a alguns desses membros, àqueles que, pelas competências técnico-científicas têm, ao longo dos anos, servido de referência às gerações mais novas e que, simultaneamente, têm também sabido ajudar a formar e a alicerçar a classe profissional dos Engenheiros Técnicos.

Financeiramente, o orçamento para 2023 não difere muito do que foi aprovado para o ano de 2022 e aqui releva-se uma pequena diminuição das joias como resultado da redução do valor de inscrição. Por

outro lado, nas despesas, releva-se para um pequeno aumento das despesas com instalações que resulta, essencialmente, de um acréscimo do valor da rubrica dos trabalhos técnicos especializados e das aquisições de material de escritório que agora se fazem sentir por acréscimo da atividade na delegação.

Enquanto titulares do Conselho Diretivo Regional, uma certeza; estaremos sempre ao lado de todos os membros da Secção, para quem trabalhamos rigorosa e intransigentemente.



4. Análise SWOT



Figura 2 – Análise Swot

Em termos de análise SWOT, o Conselho Diretivo identifica algumas alterações relativamente aos anos transatos. Desde logo destacamos o facto de passarmos a ter representação em todas as ilhas do Arquipélago o que, não sendo inédito, é um motivo de enorme orgulho. A representação dos Engenheiros Técnicos em todas as ilhas é mais um fator de aproximação aos cidadãos e às instituições relativamente ao qual devemos ficar muito satisfeitos. Para além disso, na Região os Engenheiros Técnicos têm vindo a granjear um merecido reconhecimento público sendo que, a OET goza de uma muito boa relação institucional com os diversos Órgãos de Governação local e regional e disso foi exemplo a representatividade tida no último congresso regional realizado na ilha do Pico.

Verificam-se, no entanto, alguns constrangimentos associados, principalmente à descontinuidade do território sendo que, esta condição arquipelágica penaliza muito a aproximação a alguns membros. Este

facto, incrementado por um orçamento limitado e pela ausência de delegados de concelho em alguns dos municípios é sem dúvida um fator debilitante que, felizmente tem sido compensado com a presença de delegados e subdelegados de ilha com interesse e iniciativa. Persiste, no entanto, uma questão que ao longo dos anos muito penaliza a Secção Regional dos Açores da OET em particular e a própria Ordem em geral; O número de cursos habilitantes ministrados na Região teima em ser baixo o que, de certa forma limita a percentagem de novos membros. A OET tem feito o seu trabalho criando condições para, com a Universidade dos Açores, estabelecer o reconhecimento dos alunos que terminam, por exemplo, a licenciatura em Proteção Civil e Gestão de Riscos garantindo, desde logo, a obrigação em assegurar à sociedade que, quem exerce a profissão de Engenheiro Técnico, está devidamente habilitado para praticar os atos de engenharia associados à sua especialidade. Aqui importa, antes de tudo, clarificar que os diplomados com outros cursos superiores que não habilitam na totalidade para o pleno exercício da profissão não têm a porta fechada desde que, inscrevendo-se como candidato a membro, possam vir a obter os ECTS em falta para o pleno exercício da profissão sendo que, tais ECTS serão definidos em função da análise que o Conselho da Profissão faz de cada curso e bem assim, serão colmatadas as deficiências identificadas no curso dos diplomados face ao core da especialidade. Naturalmente que o número reduzido de membros, 294 no dia em que se elabora esta proposta, também se traduz na pouca expressão de Engenheiros Técnicos Especialistas.

Em sentido oposto, somos a destacar o facto de estarmos perante uma oportunidade única relativamente ao exercício da profissão; para a OET não há nenhum motivo, seja de que ordem for, que deva limitar o exercício da profissão para todos os diplomados com curso habilitante. Por essa razão a OET, para além de admitir todos, sem exceção, os diplomados com curso de ensino superior em engenharia, também simplificou o acesso à profissão eliminando a obrigatoriedade de estágio o que, como resultado prático e imediato, se reflete no abolir que quaisquer bloqueios no acesso ao mundo do trabalho. Não somos só a Ordem profissional mais inclusiva como somos também aquela que tem o processo de acesso e manutenção na profissão mais simplificado e disso, para além da abolição dos estágios profissionais obrigatórios, é prova o sistema informático único que veio desmaterializar as declarações. Estamos, portanto, perante uma enorme oportunidade que seguramente proporcionará à OET e por conseguinte à Secção Regional, um acréscimo de mobilização com vista à nossa consolidação e aumento do reconhecimento na sociedade.



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS
PORTUGAL
Secção Regional dos Açores

17-18 SET '22
ILHA DO PICO

BU
BALCÃO ÚNICO
DE ATENDIMENTO

160 ANOS
SIMULADOR
ENGENHEIRO TÉCNICO
ESPECIALISTA

HOME | SECÇÃO REGIONAL | CONGRESSO REGIONAL 2022 | COMO SER MEMBRO | APOIO AOS MEMBROS | INFORMAÇÕES | CONTACTOS

OET

Ordem dos Engenheiros Técnicos

A OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos, é a associação de direito público representativa dos Engenheiros Técnicos, com estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, alterado sucessivamente pela Lei 47/2011, de 27 de junho, e pela Lei n.º 157/2015, de 17 de setembro.

5. Atividades e projetos para 2023

5.1 Jornada Insular de Engenharia

No ano de 2023, tendo como ponto de partida o congresso regional realizado este ano na ilha do Pico, queremos realizar, em parceria com a Secção Regional da OET da Região Autónoma da Madeira, uma jornada Insular de Engenharia. A nossa proposta visa a realização de uma jornada insular de engenharia dedicada a um tema que se relacione diretamente com a engenharia e que diga respeito às duas Regiões Autónomas.

Pese embora o tema central dessa jornada Insular de Engenharia não esteja definido, são vários os motes possíveis sendo que, a ideia passará por garantir uma organização bipartida com os eventos a decorrerem em duas datas distintas, nos Açores e na Madeira, e com oradores igualmente distintos que se deslocarão dos Açores à Madeira e da Madeira aos Açores, estando prevista a transmissão online dos dois eventos de forma a garantir a participação de todos os membros de ambas secções regionais.

5.2 Livro dedicado à temática dos sismos - Sismo de 1 de janeiro de 1980 / Açores - Aprendizagens: passado/presente/futuro

Este projeto já foi iniciado há algum tempo em parceria com o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) e Universidade dos Açores (UAç), mas, infelizmente por via das circunstâncias dos últimos anos, não o foi possível concretizar, no entanto, é nossa intenção levar em diante a coordenação desta publicação sobre a qual temos trabalhado nos últimos meses do ano em curso. A este propósito interessa lembrar a feliz coincidência de termos podido realizar o nosso congresso regional com a alusão ao tema da publicação em questão e também daí, pensamos ser possível adicionar outras participações e quiçá, torná-lo, leia-se ao livro, numa publicação mais abrangente.

5.3 Plataforma de gestão da informação relativa ao património abandonado na Região Autónoma dos Açores

Findo que foi, este ano, a fase de implementação tecnológica da plataforma relativa ao património abandonado na Região Autónoma dos Açores, é chegado o momento de começarmos a “carregar” os dados relativos a esse património em cada uma das ilhas do Arquipélago. Aqui, em particular, vislumbra-se uma importante tarefa para os Delegados de Ilha que serão chamados a participar de forma muito ativa na construção dos conteúdos dessa plataforma.

O que se espera é que possamos construir essa plataforma com informação textual e fotográfica georreferenciada para cada ilha aonde se verifique património público abandonado que se entenda poder ser potenciado com vista à sua reabilitação, sempre que possível.

5.4 Organização, a nível regional, de webinares alusivos a temas de interesse

A organização de webinares temáticos com o foco em diferentes temas não é novo e deverá ser uma atividade para continuar. Assim, em 2023 esperamos realizar pelo menos 2 webinares debatendo dois assuntos que se possam considerar de interesse para a comunidade dos Engenheiros Técnicos dos Açores.

A este propósito aqui se refere que estas atividades configuram e inserem-se sempre numa parte de grande relevância da componente estratégica para o todo do plano de atividades da Secção Regional dos Açores da OET já que, se por um lado reforçam a coesão dos Engenheiros Técnicos, por outro, ajudam a debelar algumas dificuldades sentidas relativamente a alguns assuntos de natureza menos comum como foi o caso da sessão técnica realizada no dia 17 de setembro na ilha do Pico.

Por fim, a ter em conta que estes webinares se deverão realizar através de meios TIC de forma que se traduzam numa diminuta despesa e ainda se se faça uso dos meios telemáticos existentes na Secção Regional.

5.5 Homenagem aos Engenheiros Técnicos dos Açores

Os membros da OET na Região Autónoma dos Açores são hoje profissionais reconhecidos, de inegável capacidade técnica e que, em muitos casos, ocupam lugares de decisão de elevada responsabilidade e elevado relevo nas Instituições Públicas e nas empresas.

No ano de 2023 iremos relevar, naturalmente, a todos os membros que, de quaisquer formas são portadores do bom nome da OET, no entanto, queremos dar destaque e relevo a alguns membros que, ao longo dos anos, mercê das suas competências técnico-científicas, têm servido de referência às gerações mais novas e que, simultaneamente, têm também sabido ajudar a formar e a alicerçar a classe profissional dos Engenheiros Técnicos nos Açores.

Iremos, assim, organizar uma sessão de homenagem a alguns Engenheiros Técnicos dos Açores como forma de afirmação pública, é certo, mas também como forma de agradecimento pela carreira, pela resiliência e pelo exemplo que alguns dos nossos colegas nos dão todos os dias.

5.6 Reparação do edifício sede da Secção Regional em Ponta Delgada

O edifício sede da Secção Regional da OET em Ponta Delgada carece, neste momento, de algumas reparações que resultam, por um lado, de alguns defeitos fruto das obras de recuperação do edifício e por outro, da própria utilização como edifício de serviços. Estas obras enquadram-se numa lógica de consolidação da OET que, naturalmente, também passa pela própria consolidação do Seu património na Região.

Assim, iremos desenvolver todos os esforços com vista ao enquadramento faseado das obras necessárias que também deverão incluir uma análise à estrutura de madeira dos andares superiores que poderão, aos dias de hoje, ter alguns focos contaminantes de térmitas, facto ainda não confirmado.

Dotar as instalações da OET de boas condições tem sido uma preocupação constante do CDR que, conforme orçamentos anuais anteriores, tem disponibilizado uma verba específica para o efeito.

6. Relação com a Universidade dos Açores

Com a assinatura do acordo com a Universidade dos Açores para a definição dos termos de aceitação dos diplomados do curso de Proteção Civil e Gestão de Riscos, a OET em geral e a Secção Regional em particular deu um enorme sinal à sociedade e à academia açoriana – ninguém fica para trás e a OET afirma assim de forma clara e inequívoca que todos os diplomados, querendo, podem ultrapassar quaisquer barreiras com vista ao ingresso na profissão e à livre circulação dos profissionais de engenharia.

Por outro lado, a instituição do prémio para os dois melhores estudantes daquele curso da Universidade dos Açores com condições para se inscreverem na OET traduziu-se num incentivo extra e assim, esperamos que no ano letivo de 2022 / 2023 já tenhamos condições para os atribuímos. Esta será uma iniciativa de grande relevo que queremos concretizar no último trimestre de 2023.

Relativamente à relação com a Universidade dos Açores, é assim para manter e se possível aprofundar.

A faltar fica ainda a intenção de criação do Comité Regional Estudantil da OET que, esperamos, poder ser possível concretizar no ano de 2023.

7. Relação com o poder regional e local e com as organizações empresariais

A Secção Regional dos Açores da OET desde há muito que mantém cordiais relações institucionais com o Governo da Região Autónoma dos Açores bem como com as Câmaras Municipais da Região e outros poderes e Instituições públicas. Prova desse facto é, por exemplo, a participação ativa da OET no Conselho Regional das Obras Públicas (CROP).

Nos últimos anos temos igualmente vindo a fazer uma aproximação às empresas e organizações empresariais com quem temos mantido, por exemplo com a AICOPA, uma proximidade que, inclusivamente, tem servido para coorganizar e articular algumas atividades de índole técnico.

Tanto a um nível como a outro, esta relação será para manter e se possível, naturalmente alicerçar.

Pretendemos, ainda, aprofundar relações com outras instituições de relevo da sociedade Açoriana, como é o caso do Conselho Económico e Social dos Açores, através do qual estamos certos de que podemos continuar a contribuir de forma construtiva para o desenvolvimento socioeconómico da nossa Região, ou, por exemplo, com o Consulado dos EUA em Ponta Delgada, com o qual consideramos que podemos desenvolver uma relação de intercâmbio e partilha de conhecimentos.

8. Informação e apoio aos membros (emprego, apoio jurídico e apoio técnico)

Desde há alguns anos a esta parte que a Secção Regional dos Açores da OET definiu e estabeleceu um conjunto de processos que visam garantir serviços específicos aos membros para divulgação de ofertas de emprego público e privado, apoio técnico e apoio jurídico. Estes serviços fazem-se, essencialmente sob três diferentes vetores de atuação:

- (a) Os serviços administrativos da Secção Regional recolhem e pesquisam diariamente e nas mais variadas fontes, ofertas de emprego público que depois são canalizadas aos membros por email de acordo com a área de especialização requerida. Simultaneamente, os nossos parceiros empresariais, tendo ofertas ativas, comunicam-nos de forma que sejam distribuídas, mais uma vez, de acordo com os requisitos requeridos em cada oferta de emprego. Esta divulgação da informação pelos membros faz com que ninguém receba informação que não lhe será destinada e/ou adequada;
- (b) Por iniciativa e a pedido dos membros da Secção, o contacto entre estes e a Jurista, Dra. Joana Mota, é estabelecido seja através de email ou através de telefone. Normalmente como resultado desta interação segue-se uma abordagem personalizada que inclui aconselhamento jurídico nos termos da legislação em vigor.
- (c) Quando solicitado pelos membros da Secção, os serviços administrativos enviam solicitação de esclarecimento ao Gabinete Técnico que, embora tenha por primeira missão apoiar o Bastonário da OET em assuntos que digam respeito ao coletivo dos Engenheiros Técnicos, responde sempre num curto espaço de tempo. Normalmente estas solicitações têm que ver com aspetos técnicos relacionados com a atividade de engenharia.

Os processos associados a estes apoios são para garantir no futuro e sempre que possível, fazendo uso dos meios TIC ao dispor na Secção Regional como forma de onerar o menos possível os membros que assim, não se terão de deslocar pessoalmente à sede da Secção Regional.

9. Delegados de Ilha, Delegados de Concelho e Núcleos regionais dos colégios da especialidade

Relativamente a um fator que queremos impulsionar, a proximidade aos membros, o ano de 2022 assinala, de certa forma, um momento diferenciador na vida da Secção Regional e da Ordem dos Engenheiros Técnicos, já que, contrariamente ao que desde há muito se verificava, passamos a ter Engenheiros Técnicos em todas as ilhas do Arquipélago. Aqui importa destacar o papel dos delegados de ilha e de concelho que, nos seus meios, têm realizado uma tarefa de primordial importância, o contacto próximo com os Engenheiros Técnicos, com as populações e com as instituições. A missão dos delegados de ilha, e naturalmente de concelho, passa muito por ajudar a dinamizar as atividades da OET nos meios aonde residem, seja através de divulgação pessoal seja através da execução de tarefas relacionadas com essas atividades como foi o caso, neste ano, da organização do Congresso Regional na ilha do Pico. No entanto, aos delegados de ilha cabe ainda o apoio à execução das diretrizes emanadas pelo Conselho Diretivo bem como velar pelo bom cumprimento dos preceitos deontológicos, contribuindo assim para o reforço do exercício e prestígio da profissão de Engenheiro Técnico garantindo também o apoio próximo aos membros da respetiva ilha / concelho.

Num território disperso e descontínuo com os Açores, a plena representação geográfica é de primordial importância e tem de ser vista para além do que possa ser considerado como elemento de proximidade física entre os membros e a Ordem; A participação de cada um de nós na vida da Ordem é um fator fundamental para o desenvolvimento da profissão de Engenheiro Técnico e essa participação, quando vista à luz da nossa geografia regional, seguramente poderá dar um contributo decisivo para a valorização e exposição social da nossa Ordem. É aqui que reside muito do que deve ser também a responsabilidade dos delegados de ilha e de concelho; contribuir, participando, na vida da Ordem e da Secção Regional, transmitindo às populações aonde residem a confiança do saber fazer dos Engenheiros Técnicos, aproximando os membros, as instituições, as escolas e as empresas da Ordem e da Secção Regional.

No entanto, nesta senda, verificamos a necessidade de garantir, sempre que possível, a existência de mais delegados de concelho em mais Concelhos e em mais ilhas. Queremos por isso, no decorrer do ano de 2023, garantir a integração e tomada de posse dos delegados de concelho no maior número de Concelhos possível. Sabemos que tal intento poderá não ser possível de concretizar na medida em que, nalgumas ilhas, o número de Engenheiros Técnicos residentes não o permitirá. Mais, nessas ilhas de menor dimensão, para além de poder não ser possível, poderá não se justificar, no entanto, sempre que for possível haveremos de o fazer.

Durante o ano de 2023 iremos igualmente realizar pelo menos uma reunião com todos os delegados de ilha e de concelho como forma de aproximação entre os membros de diferentes ilhas / concelhos.

Com estas medidas queremos reforçar a própria estrutura da Secção e bem assim definirmos melhores condições de resposta aos membros e aos cidadãos dos Açores.

10. Orçamento da Secção Regional para 2023 e variação face ao ano de 2022

10.1 Receitas

Secção Regional dos Açores

Orçamento 2023

RECEITAS (todos os valores em euros (€))

CATEGORIA	2023	2022	ABAIXO/ACIMA
Quotas	107 730,00	107 730,00	0,00
Joias	2 100,00	3 250,00	-1 150,00
Estágios - Ética e Deontologia	0,00	0,00	0,00
Proveitos Suplementares	2 100,00	2 163,00	-63,00
Emolumentos	340,00	277,00	63,00
Outros	180,00	0,00	180,00
Receitas Totais	112 450,00	113 420,00	-970,00

Tabela 1 – Distribuição das receitas por rubrica

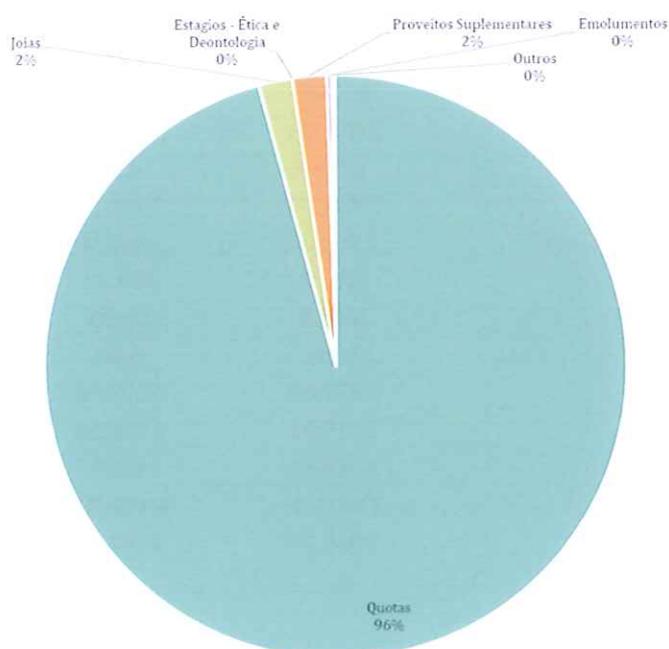


Figura 3 – Distribuição gráfica percentual das receitas

10.2 Despesas

Secção Regional dos Açores

Orçamento 2023

DESPESAS (todos os valores em euros (€))

CATEGORIA	2023	2022	ACIMA/ABAIXO
Pessoal	57 031,82	50 990,51	-6 041,31
63 - Pessoal	46 086,32	42 011,68	-4 074,64
635 - Seg. Social	10 945,50	8 978,83	-1 966,67
Custos Fixos Instalação	7 476,65	7 701,60	224,95
6241 - Energia	1 574,80	1 668,00	93,20
6243 - Água e saneamento	636,25	768,00	131,75
6223 - Vigilância	0,00	0,00	0,00
62211 - Contabilista Certificado	2 265,60	2 265,60	0,00
6855 - Comparticipação na Amortização do Edifício	3 000,00	3 000,00	0,00
Custos Variav. de Instalação	18 501,57	17 274,17	-1 227,40
6211 - 6212 - Contratos de manutenção	323,62	723,60	399,98
6231 - Ferramentas	0,00	0,00	0,00
62324 - Livros Doc. Técnica (Public. Tec. Apoio Serv.)	100,00	0,00	-100,00
6233 - Material de Escritório	492,90	100,00	-392,90
6224 - Honorários	3 505,78	3 505,78	0,00
62613 - Rendas e Alugueres	165,00	0,00	-165,00
62222 - CTT / Telefones	3 405,60	3 140,00	-265,60
62223 - Subsídio de Comunicações	2 880,00	2 880,00	0,00
62635-62637 - Seguros	426,23	426,23	0,00
6252/53 - Transportes	260,00	60,00	-200,00
6265 - Contencioso	0,00	0,00	0,00
62262/636 - Conservação e reparação	2 857,00	4 100,00	1 243,00
6267 - Limpeza	2 115,84	2 338,56	222,72
62213 - Trabalhos Técnicos / Outros	1 969,60	0,00	-1 969,60
Atividade Associativa	1 050,00	1 162,91	112,91
Outros	1 050,00	1 162,91	112,91

6883 - Quotizações	0,00	0,00	0,00
Desp. de Represent/Desloc.Estadas	9 076,46	12 600,00	3 523,54
Informação e Divulgação	1 750,00	2 750,01	1 000,01
Centro Documentação (Publicações p/Biblioteca)	0,00	0,00	0,00
Promoção de Imagem (Patrocínios e Publicidade; Divulgação OET)	1 750,00	2 750,01	1 000,01
Dia Eng ^o Técnico	0,00	0,00	0,00
Órgãos Regionais	14 720,00	16 820,00	2 100,00
Subsídio de Representação	10 920,00	10 920,00	0,00
Segurança Social do Sub Representação	0,00	0,00	0,00
Outros	3 800,00	5 900,00	2 100,00
Transição digital	360,00	1 500,00	1 140,00
6982 - Despesas e Comissões Bancarias	257,77	20,80	-236,97
Amort.Mat. Corporeo /Imobilizado	2 000,00	2 000,00	0,00
Outras despesas	225,73	600,00	374,27
68123 /68124 /6813 /68882	225,73	600,00	374,27
6887	0,00	0,00	0,00
6912 - Juros suportados	0,00	0,00	0,00
			0,00
Despesas Totais	112 450,00	113 420,00	970,00

Tabela 2 – Distribuição das despesas por rubrica

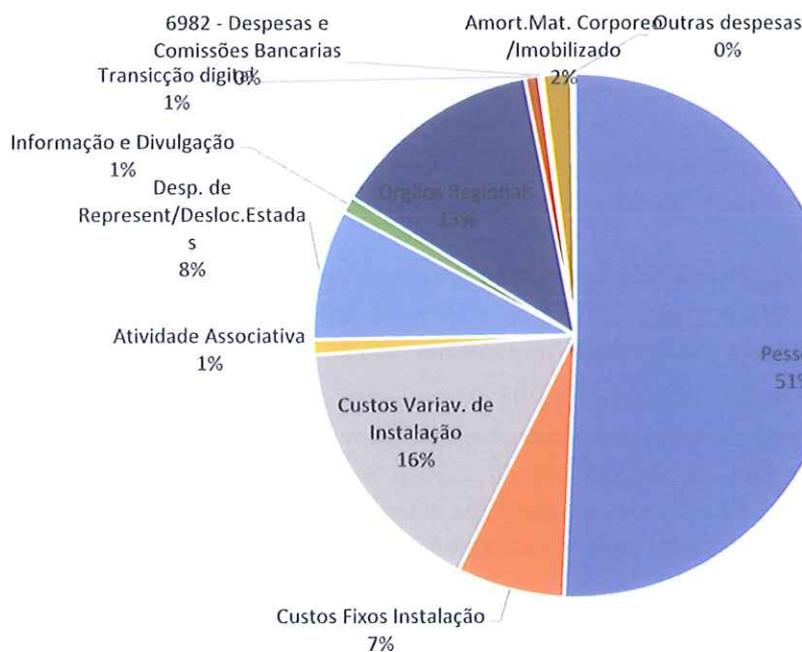


Figura 4 – Distribuição gráfica percentual das despesas

10.3 Resumo

O Orçamento da Secção Regional dos Açores no ano de 2023 será inferior em cerca de 0,85% relativamente ao ano de 2022. Esta diminuição reflete-se principalmente no valor das joias que diminui e esta é, de facto, a principal alteração. Assim, a Secção Regional dos Açores da OET deverá contar com um orçamento que se cifrará nos 112.450,00€.

Em termos de receitas, como é sabido, a Secção Regional tem uma dependência muito grande relativamente ao valor das quotas que é transferido pelo CDN e que resulta não da quotização realizada nos Açores, mas sim de um valor definido relativo à quotização de 1500 membros (45% da quotização para um referencial de 1500 membros). A este respeito refira-se que a dependência percentual até aumenta ligeiramente este ano (1%), quando comparada com o ano de 2022, mas o valor expectável para as transferências manter-se-á igual ao ano de 2022. O Conselho Diretivo prevê um aumento de 5% do número de membros para o ano de 2023 o que se reflete no valor das joias indicado. Por fim, referimos ainda que o valor dos emolumentos e outros indicados refletem o valor estimado e concretizado no ano de 2022 a decorrer e referem-se, essencialmente, a declarações solicitadas presencialmente na Secção bem como a serviços prestados.

Em termos de despesas, o orçamento reflete um aumento de 3% nos custos com pessoal sendo que, esta rubrica representará no ano de 2023 cerca de 51% do todo das despesas da Secção Regional. Em termos de poupança, como principais alterações relativamente ao ano de 2022 registamos quatro:

- (i) Uma variação mínima positiva referente aos custos fixos das instalações, em resultado da renegociação de alguns contratos de aquisição de serviços fixos;
- (ii) Uma diminuição do valor associado à “Atividade Associativa”, “despesas de representação e estadas” e “Órgãos Regionais” uma mera medida de poupança que se pode executar em resultado, de, por exemplo, da maior utilização dos meios multimédia da Secção;
- (iii) Uma diminuição do valor associado à “informação e divulgação”, igualmente uma medida de mera poupança;
- (iv) Uma diminuição muito grande para um valor praticamente residual relativamente aos custos associados à “transição digital” visto que, o Conselho Diretivo da Secção entende estarem cumpridas as metas de modernização de equipamentos da Secção;

Posto isto, é importante referir que nesta linha de poupança há, em boa verdade, rubricas que têm vindo a diminuir consecutivamente ao longo dos anos. Exemplo disso são as rubricas assinaladas na alínea (ii) que no todo do orçamento representa 23% do valor e este ano diminuirá cerca de 18,75% relativamente ao ano passado. Este é o maior reflexo (há outros) da utilização de meios telemáticos e bem assim da diminuição de despesas de viagens e alojamento do CDR.

Em sentido contrário, em termos de aumento de despesa, relativamente ao orçamento de 2022, para além do custo com pessoal já referido, observamos um aumento dos custos variáveis com instalações que, em boa verdade não se reflete no aumento dos custos efetivos mas sim numa melhor indicação da



Sapientia



despesa face ao plano contabilístico já que, maioritariamente, podemos constatar que a maior despesa deste item, inserida na rubrica “62213 – Outros trabalhos técnicos”, refere-se à aquisição de serviços externos de jardinagem, assistência informática e serviços de desinfeção dos espaços, ou seja, despesas já existentes em anos transatos mas que estavam indicadas noutras rubricas.

Assim, relativamente às despesas, quando comparada a proposta de orçamento com a do ano passado, é legítimo afirmar que apenas as despesas com pessoal sobem significativamente sendo que, o aumento percentual desta despesa também é reflexo da diminuição das receitas em 0,85%.

Como nota final, poderemos afirmar que este é um orçamento de continuidade que garante, desde logo, o cumprimento das obrigações da Secção Regional perante colaboradores e terceiros, no entanto, é ainda um orçamento que permitirá efetuar alguns projetos que, esperamos possam dar a relevância e a exposição que desejamos para a nossa Ordem na Região Autónoma dos Açores.

11. Parecer do Conselho Fiscal



Ordem dos Engenheiros Técnicos
Associação de Direito Público – Lei n.º 47/2011, de 27 de junho
Contribuinte N.º 504 923 218

Secção Regional dos Açores
Rua do Diário dos Açores n.º 43, 1.º
9500 – 3178 Ponta Delgada – S. Miguel – Açores
Telefone: 296 286 050 • Fax: 296 281 846 • Endereço de E-mail: sracores@oet.pt

CONSELHO FISCAL DE SECÇÃO **PARECER SOBRE O ORÇAMENTO DO ANO DE 2023**

Em conformidade com a com alínea b), do n.º 2, do art.º 45.º, dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros Técnicos OET, reuniu no dia 24 de outubro de 2022, o **Conselho Fiscal da Secção Regional da OET – Açores** para emissão de parecer sobre o **Orçamento para o ano de 2023**.

O Conselho Fiscal de Secção deu parecer favorável à proposta de Orçamento para o Ano de 2023, apresentada pelo Conselho Directivo de Secção, a ser apreciado e deliberado pela Assembleia Geral de Secção de 29 de outubro de 2022, conforme a alínea f) do n.º 2 do art.º 43º dos Estatutos Ordem dos Engenheiros Técnicos, OET.

Mais se acrescenta que se anexa ao presente parecer o Plano de Atividades e Orçamento-2023 o qual contempla o Capítulo 10 – Orçamento da Secção Regional para 2023 e variação face ao ano de 2022.

Perante o exposto, o **Conselho Fiscal de Secção**, é de opinião que o documento deva ser aprovado pela **Assembleia Geral de Secção**.

Ponta Delgada, 24 de outubro de 2022

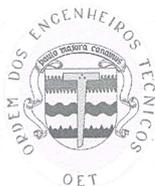
O Conselho Fiscal de Secção

O Presidente

Carlos Jorge Morais Loures

Assinado por: **CARLOS JORGE MORAIS LOURES**
Num. de identificação: 09066662
Data: 2022.10.24 17:02:18+00'00'





Ordem dos Engenheiros Técnicos
Associação de Direito Público – Lei n.º 47/2011, de 27 de junho
Contribuinte N.º 504 923 218

Secção Regional dos Açores

Rua do Diário dos Açores n.º 43, 1.º
9500 – 3178 Ponta Delgada – S. Miguel – Açores
Telefone: 296 286 050 • Fax: 296 281 846 • Endereço de E-mail: sracores@oet.pt

Vogal

Rute Silva Picanço

Rute da Silva Picanço

Vogal

Pedro Raposo S. Félix Machado

Assinado por: **PEDRO RAPOSO DE SOUSA FÉLIX
MACHADO**
Num. de Identificação: 10850851
Data: 2022.10.24 17:29:56+00'00'



Suplente

Emanuel Duarte Costa

Assinado por: **Emanuel Duarte Costa**
Num. de Identificação: 11098966
Data: 2022.10.24 17:44:53+00'00'

